

---

posiciones antagónicas basándose en la repercusión que tendría sobre las mujeres y los niños.

El proceso de secularización es también el hilo conductor del trabajo de Pita, donde muestra, cómo el control de la locura de las mujeres pasa de la Sociedad de Beneficencia a la medicina psiquiátrica moderna, a medida que los discursos y las prácticas sobre la locura fueron complejizándose y la nación necesita neutralizar el peligro de la locura.

A través de la figura de la histeria, se agrupaban verdaderas definiciones de las mujeres y de la condición femenina y toda una batería de escalofrantes "tratamientos", basados en la ciencia de la época, que pretendían arrancar de los cuerpos el mal.

A la misma concepción cultural de la ciencia médica responde el saber biológico sobre el cuerpo femenino, que trabaja Ben en su artículo. Dado que "los fenómenos psicológicos son la expresión de procesos biológicos", el discurso médico era la autoridad tanto en los procesos biológicos como en los comportamentales, definiendo la maternidad, los deberes de cada sexo, ignorando la menstruación y la existencia del clítoris o imponiendo una correlación entre locura y desórdenes del aparato genital.

Así, como los médicos generaban afirmaciones imperativas sobre lo que era y debía

hacer una mujer, la identidad femenina que no se correspondía con el cuerpo era negada como una falsedad.

Por último, el excelente y revulsivo artículo de Iní sobre el infanticidio, muestra como "el Estado y el derecho se posicionan no sólo desde un lugar patriarcal, sino desde una superioridad de clase" para juzgar a las madres trabajadoras que se deshacen de sus hijos. El infanticidio nos permite develar la construcción de la maternidad en todo lo que ésta tiene de opresiva en tanto modelo e ideal para todas las mujeres, modelo inapelable que se justifica en la biología y en un sagrado "instinto". Acaso no es el mismo modelo el que las lleva al crimen? El análisis de la maquinaria judicial puesta en marcha en los dos casos analizados, nos dice mucho sobre los cuerpos de las mujeres en tanto sitio de la reproducción biológica, formas de control de la sexualidad y entramado social donde se dirimen "ficciones" oficiales basadas en que todas las mujeres son naturalmente madres.

El primer volumen de *Historia de las Mujeres en Argentina*, es un intento válido de ir construyendo un examen crítico de la historia argentina, incorporando la categoría de género, lo que significa enriquecerla y poner las cosas en su lugar.

MONICA TARDUCCI ■

## Saúde reprodutiva no Brasil: avanços e perspectivas

Políticas, mercado, ética, demandas e desafios no campo da saúde reprodutiva

---

ARILHA, Margareth e CITEU, Maria Teresa (orgs.)

---

São Paulo: Ed. 34/Comissão de Cidadania e Reprodução, 1998.

---

Muito tem sido escrito nas últimas décadas sobre as questões de saúde reprodutiva no Brasil. O debate sobre o tema tem conseguido direta ou indiretamente se integrar às lutas sustentadas por diferentes sujeitos sociais: movimento feminista (incluindo-se vários setores organizados tais como mulheres negras, mulheres do campo etc), parlamentares, organizações não governamentais, Estado e partidos políticos, entre outros. Do diálogo entre esses diferentes sujeitos tem resultado a produção de obras que representam um marco no longo processo de legitimação das demandas

---

na área. O conjunto dessas obras encontra-se atualmente enriquecido por esta recente publicação organizada por Margareth Arilha e Maria Tereza Citelli, intitulada *Políticas, mercado, ética, demandas e desafios no campo da saúde reprodutiva*.

Nela estão reunidos sete artigos sobre diferentes temas, assinados por profissionais cujo perfil, de acordo com as notas de apresentação dos autores, possui pelo menos um denominador comum: todos atuam no campo da saúde reprodutiva, assessorando, coordenando, comandando instituições que têm desempenhado um papel relevante na área. Esse denominador comum permite que o significado do livro extrapole os limites da produção acadêmica tradicional (identificada com as reiteradas discussões sobre os resultados de pesquisas, e sempre preocupada em re-colocar os problemas de investigação) para situar-se no ponto de convergência entre duas intenções básicas: elaborar um balanço das conquistas na área, principalmente a partir da década de 80, e identificar os principais desafios que se colocam a partir do presente diante das pressões do mercado, das novas exigências éticas e das regras do jogo da política num contexto de economia global.

Nesse balanço apresenta-se a real dimensão dos significativos (ainda que possam ter sido tardios) avanços ocorridos tanto no plano nacional quanto no plano internacional enquanto resultado de uma estratégia desenhada para vincular, a nível das instâncias que norteiam as atuais políticas de população mundiais, a noção de saúde reprodutiva ao conceito de gênero e à perspectiva dos direitos humanos, de acordo com as demandas sociais. Essa atitude por sua vez possibilita que os novos desafios (que não são poucos nem pequenos) assumam um conteúdo real, vislumbrando-se as possibilidades de enfrentá-los, ainda que esse enfrentamento venha a exigir grandes e continuados esforços por parte dos sujeitos interessados.

O primeiro artigo da coletânea, escrito por Margareth Arilha, apresenta uma série de reflexões no campo da saúde reprodutiva, destacando as relações entre o movimento feminista e as políticas de saúde. Com base num breve histórico dessas complexas relações a autora constata que embora esse movimento seja responsável por várias e importantes mudanças culturais, tem demonstrado no geral pouca agilidade no que se refere a uma participação mais efetiva na estruturação das po-

líticas de saúde. Citando a baixa participação na implementação do SUS como exemplo, ela indica que cabe ao movimento enfrentar, entre outros, um novo desafio: o de "explorar as possibilidades de executar políticas de saúde que o próprio sistema oferece e não perder de vista as possibilidades de construir políticas que de fato se atenham à incorporação de gênero" (p. 20). Para tanto, segundo a autora, torna-se necessário tentar intervir tanto sobre o Estado quanto sobre as "instâncias normativas" e o mercado, no sentido de garantir uma aproximação maior entre as conquistas obtidas no plano formal (consagradas em 1994 no Cairo e em Beijing em 1995) e a realidade das políticas de saúde, supondo-se a realização de alianças com outros segmentos da sociedade.

O segundo artigo, elaborado por Sônia Correa, se dedica a questionar a submissão às regras de mercado, através da análise do consumo de anticoncepcionais injetáveis, no caso o Depo-Provera, recentemente relançado no país por laboratórios internacionais. A autora mantém o argumento relativo à necessidade de articulação dos diferentes sujeitos envolvidos com as demandas no campo da saúde reprodutiva, no sentido de intervir no mercado e no Estado, na tentativa de estabelecer novas regras que preservem a integridade das consumidoras. Considerando que "a correlação entre a disseminação das modernas tecnologias anticoncepcionais e os direitos humanos das mulheres constitui possivelmente um dos momentos mais controvertidos na história contemporânea da regulação da fecundidade" (p. 29), ela relaciona as questões de mercado à dimensão ética, identificando novos desafios: "a necessidade de cautela redobrada, de procedimentos claros em termos dos protocolos de conduta para os profissionais de saúde, dos esforços publicitários e dos esforços de informação às usuárias não apenas quanto à eficácia, riscos e efeitos colaterais, como também quanto aos mecanismos e recursos disponíveis para assegurar seus direitos em casos de abuso e danos de saúde" (p. 37). Cobra-se assim da indústria farmacêutica que assuma suas responsabilidades sociais, e do Ministério da Saúde que cumpra seu papel de regulação e normatização.

O terceiro artigo, apesar de tratar de um outro tema — a epidemia de HIV/AIDS — mantém várias das preocupações contidas nos anteriores. Nele Jane Galvão se dedica a elaborar inicialmen-

te um perfil das ONGs que atuam no combate à AIDS no Brasil desde 1985; em seguida a autora caracteriza as linhas gerais do Projeto de Controle da AIDS e DST\*, (atual Coordenação Nacional de DST e AIDS) iniciado em 1992 pelo Ministério da Saúde, com financiamento do Banco Mundial; por último, ela sintetiza os desdobramentos da XI Conferência Internacional de AIDS realizada em 1996 em Vancouver, Canadá, ressaltando a importância da decisão tomada pelo PNDST/AIDS no sentido de distribuir gratuitamente os medicamentos para os soropositivos.

Ao realizar esse percurso, Galvão identifica as mudanças de paradigmas que ocorreram no período, sintetizando as interrelações entre as respostas governamentais e as não governamentais, e ainda apontando a emergência de novos sujeitos na elaboração das políticas: os soropositivos e os trabalhadores sexuais.

Os desafios para o conjunto dos atores envolvidos são, segundo seu ponto de vista, compreender os cenários regionais e nacionais e rever os modelos de prevenção, até agora demasiadamente centrados no indivíduo, para enfrentar a correlação atualmente evidente entre AIDS e pobreza.

Denise Dourado Dora apresenta o quarto artigo, cujo objetivo é identificar os instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos e os sistemas de proteção e implementação nacionais, em sua relação com os direitos sexuais e reprodutivos, para "que se possa, coletivamente, em âmbito nacional e internacional, ir definindo uma agenda de responsabilidades, compromissos e estratégias frente ao seu desrespeito" (p. 73). Analisando a evolução das conquistas obtidas internacionalmente a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948, a autora resalta a importância da Conferência sobre População e Desenvolvimento realizada no Cairo em 1994, bem como da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 1995, no que se refere ao respeito à autodeterminação no âmbito do comportamento reprodutivo e à garantia das condições de saúde reprodutiva.

Os desafios atuais são interpretados enquanto consequência da "necessidade de desenvolver jurisprudência a partir de casos concretos, de denúncias individuais e coletivas", pois, segundo a autora, "já existem elementos suficientes, seja na doutrina, seja na legislação de direitos humanos, para configurar os direitos sexu-

ais e reprodutivos como direitos humanos, exigíveis dentro dos sistemas de proteção existentes" (p. 80).

No quinto artigo, Marco Segre se dedica a teorizar sobre as dificuldades de "combinar, de forma dinâmica, adaptada às situações concretas, justiça social e autonomia individual" (85). Para ilustrar essas dificuldades ele examina os conflitos éticos que envolvem a possibilidade de discriminação do aborto, bem como alguns dos aspectos também conflitantes que permeiam as relações entre os profissionais de ginecologia e obstetria e suas pacientes menores de idade. Por último, o autor elabora uma reflexão ética sobre os transexuais.

Os desafios que podem ser inferidos da leitura do texto dizem respeito à necessidade de que haja, por parte dos profissionais que atuam nesses campos, respeito à individualidade e as diferenças entre as pessoas, colaborando para que possam superar os seus conflitos sexuais e reprodutivos.

No penúltimo artigo Edna Roland coloca em discussão a saúde reprodutiva da população negra com base num breve histórico sobre planejamento familiar e numa apreciação crítica sobre o debate a respeito do comportamento reprodutivo no interior do movimento das mulheres negras. Revelando as sutilezas e as complexidades desse processo, a autora chama a atenção para a questão da esterilização feminina advertindo que o debate sobre esse tema embora não tenha sido consensual no interior daquele movimento (e talvez até por isso mesmo), possibilitou a construção de "uma visão própria no campo da saúde reprodutiva, diferenciada das matrizes teóricas e políticas tanto do movimento negro quanto do feminista" (p. 103).

Após situar os principais marcos que geraram essa consciência, a autora identifica como um grande desafio para os ativistas, pesquisadores e profissionais, a produção de um conhecimento que ao invés de reforçar os mecanismos de discriminação e marginalização, promova a dignidade, a igualdade e a equidade.

No último artigo, André Nunes e Sérgio Francisco Piola refletem sobre as internações hospitalares no SUS, com ênfase nas variáveis sexo e idade. Baseados nos dados obtidos através do Datasus - Movimento de Autorização de Internações Hospitalares relativos ao ano de 1994, os autores identificam as principais causas de morbidade feminina e masculina, ressaltando a importância das afecções pulmonares e das entero-

das "feministas socialistas", que tanto contribuíram para a tentativa feminista de teorizar sobre as mulheres e as relações de gênero sem desvinculá-las de outras lutas sociais — eram geralmente mais nuançados e complexos do que muitas das atuais críticas queiram reconhecer:

As I hope to show, although they [seventies feminists] never used the rhetoric of deconstruction, the third stage .... is not so far removed from where many second-wave feminists came in. Attempting to avoid the problems of straightforward inclusion in, or exclusion from, the masculine symbolic order and world organized primarily around men's interests was the problem many feminists tried to tackle all along (p. 16).

Longe de simplesmente defender a igualdade como "inclusão" (um conceito facilmente apropriado pelo discurso social liberal) essas teóricas (como Sheila Rowbotham, Mary McIntosh, que Segal cita) de fato defendiam a transformação profunda de todas as relações sociais daquela sociedade que Zillah Eisenstein e suas colegas chamaram de "patriarcado capitalista".<sup>1</sup>

No entanto, Segal não desconsidera a importância das contribuições associadas às "teóricas da diferença", particularmente expressas em algumas vertentes do feminismo francês. Reconhece a importância de seu projeto de resgatar do silêncio, dar voz a, e reconstituir as subjetividades femininas negadas por uma histórica cultura masculinista: "The attraction of such difference theory, which encourages the feminist to speak 'as a woman', is obvious. The revaluing of those aspects of women's lives and experiences previously ignored or demeaned in male-centred theorizing was, and remains, crucial to feminist research and practice" (p. 30).

Persiste, no entanto, o grande problema do tipo de status teórico que é dado ao conceito de *diferença*, que, se privilegiado demais, parece reduzir as mulheres ao espaço que a cultura patriarcal criou para elas, negligenciando entre outras coisas as formas como classe, raça e outras formas de marginalidade são igualmente constitutivas da subjetividade e do destino das mulheres. Segal critica também as vertentes

feministas que, baseadas em Lacan, trabalham a partir de uma noção do Feminino como uma espécie de alteridade absoluta, historicamente excluída da Cultura, e das formas de representação da ordem simbólica sempre e contundentemente fálica. Essa postura, que parece negar a existência de qualquer brecha ou resistência cultural dentro daquela ordem, muito contraditoriamente aposta na possibilidade de as mulheres conseguirem "pular para fora" desta ordem.

Por outro lado, as que rejeitam qualquer noção de diferença, como nas perspectivas pós-estruturalistas atuais que montam um argumento contra *qualquer* tipo de conceitualização que generaliza sobre as mulheres, tampouco conseguem se livrar das contradições. No segundo capítulo do livro, "Gender to Queer, and Back Again", Segal avalia o status das diferentes tentativas de teorizar identidades de gênero que desde as primeiras discussões de "diferenças" até as atuais desconstruções de construções binárias, parecem culminar naquilo que Susan Bordo chamou de *gender skepticism*,<sup>2</sup> desprezando a mesma categoria que a teoria feminista tanto lutou para incorporar à análise social. Por exemplo, para algumas teóricas pós-modernas, qualquer tentativa de falar sobre a mulher ou as mulheres é produto da normatividade discursiva que se impõe aos sujeitos, quer dizer, exatamente produto daquele poder a que os sujeitos resistem, ou podem resistir, através da *transgressão*. Discutir a condição feminina equipara-se então a reproduzi-la, conduzindo portanto a uma recusa dos usos das categorias de "mulher" ou de "gênero". Mas dessa forma torna-se muito difícil qualquer ato político para o qual precisa-se de noções de poder de gênero ou da opressão de mulheres enquanto mulheres.

Segal reconhece e aprecia os méritos do trabalho teórico complexo de Judith Butler e entende que, para Butler, a noção de *gender performativity* situa o indivíduo numa realidade cultural que produz tensões e conflitos. O aspecto "performativo" remete a uma maleabilidade ou fluidez na mesma interação cotidiana onde a "heteronormatividade" é reproduzida, podendo também ser contestada. Como Butler mesma se empenha em esclarecer, a noção de *gender performativity* não deve ser interpretada como se o gênero fosse uma máscara ou fantasia que se vestisse e desvestisse, mas como se ele fosse produto de discursos culturalmente construídos e

impostos. No entanto, para Segal é preocupante a tendência desse tipo de análise de privilegiar demais o indivíduo, não só como categoria (unidade) de análise mas também como ator social principal, e de minimizar as construções históricas das relações entre sujeitos e práticas ou instituições sociais ainda profundamente "generalizadas". Essa seria a tendência de muito do que se tem produzido no campo da *queer theory*, em sua visão da "natureza subversiva" das "identidades" e práticas sexuais dissidentes. O gênero torna-se uma grande prisão, da qual as tentativas de fuga individual são privilegiadas. Por exemplo, há uma tendência notória de romantizar práticas como o *drag* e até o transexualismo, como se esses fossem os grandes desestabilizadores das identidades de gênero. Para Segal, no entanto, essas mesmas práticas podem ser vistas talvez como os melhores exemplos da grande importância que o mundo atual continua dando às categorias binárias de gênero: definem-se totalmente nos termos dessas categorias, envolvendo uma espécie de troca que serve muito mais para reforçar e consolidar do que para minar as oposições masculino/feminino, heterossexual/homossexual ou homem/mulher.

A autora, professora de psicologia e estudos de gênero na University of London (Birkbeck College) dedica alguns capítulos do livro a debates especificamente ligados às áreas da psicologia de gênero e da psicanálise que têm surgido ou renascido nesses tempos de grandes "ansiedades de gênero". Para quem já teve que encarar, dentro e fora da sala de aula, as renovadas investidas da sociobiologia, o capítulo "Genes and Gender: The Return to Darwin" esclarece o uso enganoso que a psicologia evolucionista faz da contribuição de Darwin à compreensão da evolução humana. A psicologia evolucionista apela para uma versão empobrecida tanto da biologia quanto da cultura para explicar as "diferenças sexuais" universais, que segundo essa perspectiva persistirão apesar de qualquer política feminista (e a despeito de toda a evidência acumulada de diversidade histórica e cultural). Baseia-se na ideia de que o princípio fundamental de toda a vida humana e animal se resume na maximização das estratégias reprodutivas, das quais — no caso humano — emergem determinados comportamentos ou atitudes psicológicas com os quais as culturas se fabricam. Apropriam-se só superficialmente do conceito darwiniano da "seleção natural" para explicar a "agressividade masculina" ou a

qualquer tipo de evidência específica sobre a história evolutiva desses traços, ou seja, "the forces operating in particular contexts which select certain features because they enhance survival over other less adaptive ones which have disappeared" (p. 91). Isso se torna ainda mais questionável quando olharmos para o desenvolvimento recente da genética evolucionista, que enfatiza cada vez mais "the random and historically contingent nature of genetic change over time" (p. 101) e a posição de cientistas de renome como Gould, Lewontin e Rose, que defendem uma noção de evolução que inclui e incorpora a diversidade, a flexibilidade e a complexidade dos comportamentos humanos: "what millions of years of genetic change has selected for in the human species is not any single set of 'natural' rules for development ('sexual' or otherwise); rather, it has brought about the far more impressive, open and flexible trend towards even greater complexity, even greater adaptability" (p. 103).

O apego à biologia, às custas da cultura, aparece muito na psicologia, segundo Segal, exatamente porque os psicólogos "têm medo da mente humana", quer dizer, de sua complexidade e do desafio que ela apresenta para as pessoas que desejariam inventar formas mais puras, sistemáticas e limpas para sua compreensão, previsão ou controle. Isso explica também a pouca receptividade da psicologia acadêmica à contribuição psicanalítica, questão que ela aprofunda na segunda parte do livro, dedicada ao encontro entre as várias perspectivas que na psicologia abordam a problemática de gênero.

A partir de nossos interesses atuais, e das profundas "ansiedades de gênero" que, como Segal argumenta, permeiam nossa sociedade e nossa cultura, pode ser difícil acreditar que até a década de 60 a psicologia acadêmica preocupava-se muito pouco com as dimensões de gênero da vida mental, e quando as abordava, não conseguia passar da naturalização para a problematização. A mudança começa com a emergência, dos anos 60 para os 70, de uma nova preocupação: o estudo das "diferenças de sexo", que devem ser documentadas, mensuradas e de alguma forma explicadas. Dentro desse campo de estudo, surgiram posições variadas, os "minimalistas" e os "maximalistas", os que se preocupavam com determinar a origem "cultural" ou "biológica" dessas diferenças e os que defendiam mudanças para padrões mais "andróginos" de comportamento.

Como um avanço em relação à pesquisa das diferenças, que tende a se manter presa ao estudo de atributos individuais mensuráveis, emerge também uma psicologia feminista que inclui pessoas identificadas com a perspectiva relacional (*feminist relational psychology*), como a da famosa Carol Gilligan, junto com mulheres terapeutas cuja preocupação é a criação de novas práticas que rompem com o sexismo implícito ou explícito da clínica convencional e ajudam as mulheres a construir ou reconstruir suas vidas a partir de uma percepção feminista da condição feminina. Essa psicologia feminista enfoca "the conflicts and difficulties accompanying the acquisition of normative gender and sexual identities in girls. The dominant theoretical explanations they favor make use of learning theory and cognitive theory, but in line with a more general social construction framework which pays close attention to social context and meanings" (p. 154).

A ênfase dessa perspectiva está na maneira como o gênero *continua operando como um sistema de controle social sobre as mulheres*; é nesse sentido que suas representantes têm persistido em identificar padrões relativamente estáveis de comportamento e esquemas perceptivos e cognitivos pertencentes ainda à "femininidade".

A crítica que Segal faz a essa psicologia, fortemente ligada ao campo social construcionista dos estudos de gênero, consiste em dois pontos principais: primeiro, há uma tendência a não vincular o gênero a outros aspectos da experiência de vida das mulheres, dando portanto uma importância exacerbada às "diferenças" (entre os gêneros); segundo, há uma tendência a cair numa espécie de reducionismo cultural que, em lugar de fornecer uma metodologia para captar a complexidade dos processos de formação de identidade, exagera sua estabilidade, sua coerência interna e sua determinação social unívoca. É aqui que Segal insere a contribuição da psicanálise (e onde eu acredito devesse estar inserida também a contribuição das feministas "pós-modernas" como Butler), cuja *apropriação crítica* poderia servir como um poderoso corretivo para incluir "the nuances of subjective conflict and ambivalence", abrindo nossos olhos para "the contradictory and disruptive particularities of psychic life in relation to culture and history" (p. 157), como instâncias fundamentais de resistência dos sujeitos à normatividade social.<sup>3</sup> Ela dedica

um espaço considerável à discussão de tal apropriação crítica, demonstrando inclusive que na história conflituosa da relação entre feminismo e psicanálise, não se trata só da influência da psicanálise sobre a teoria feminista, mas também da relação inversa, quer dizer, da forma como o feminismo tem forçado a revisão da psicanálise, obrigando-a a desenvolver seu potencial de crítica social. Nesse sentido, entendo porque ela propõe uma síntese dessas duas perspectivas, porque se esforça para captar as complexidades e contradições da forma como as instituições e as culturas "constroem" o gênero hoje em dia, vinculados aos processos profundos de "construção" (sempre ambivalentes e instáveis) das subjetividades individuais.

O livro de Lynne Segal aborda de forma corajosa esses debates sobre gênero e teoria feminista, mostrando como eles exprimem as profundas "ansiedades de gênero" de nossos tempos de mudanças. Como Segal assinala, é provável que o valvém entre os discursos de "minimização" e "maximização" das diferenças continuem e que as "ansiedades de gênero" não se resolvam no plano das discussões teóricas. Ela concorda com a formulação da estudiosa americana Anne Snitow segundo a qual "there can be no transcendence of gender: the paradoxical desire to express, and to escape from, the feminine" (p. 54). Se as tarefas teóricas continuam sendo enormes e nada fáceis, talvez a proximidade com a prática política e social — ao nível do cotidiano, das políticas públicas nos mundos do trabalho e da representação cultural — nos ajude a evitar a frustração e lembrar que o mesmo feminismo, embora contraditório, continua sendo, para nossos tempos, uma visão necessária e uma prática de transformação.

1. EISENSTEIN, Zillah (ed.). *Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism*. New York: Monthly Review Press, 1979.

2. Ver BORDO, Susan. "Feminism, Postmodernism, and Gender Skepticism". In: *Unbearable Weight*. Berkeley: University of California Press, 1993.

3. O que aparece, na psicanálise, não como transgressão consciente, mas como "[the widespread and] frequent failure of the inner world to reflect cultural norms" (p. 157).